

AUTOS N. 0900058-61.2015.8.24.0081 [SIG N. 08.2015.00321829-6]

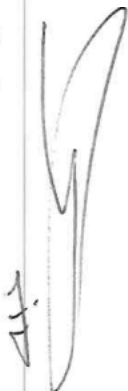
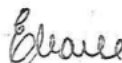
**TERMO DE ACORDO JUDICIAL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua 29ª Promotoria de Justiça da Capital, por meio do Promotor de Justiça que este subscreve, e os requeridos **LACLOG PROMOÇÃO DE VENDAS EIRELI** [Indústria e Comércio de Laticínios Lajeado Ltda.] e **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL E LATICÍNIOS LAJEADENSE**, por si e representados por seus sócios administradores, **ELIANE ELIZABETH BANG, ZIDINEI PICOLI e LUIZ CARLOS DE SOUZA**, já qualificados nos autos n. 0900058-61.2015.8.24.0081, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, autorizados pelo art. 3º, §3º, do Código de Processo Civil, pela Resolução n. 118/2014 do CNMP e pela Carta de Brasília, assinada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público e as Corregedorias das unidades do Ministério Público, e ainda:

CONSIDERANDO, que, de acordo com o art. 3º, §3º, do CPC/2015, a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;

CONSIDERANDO a importância da prevenção e da redução da litigiosidade e possibilidade que as controvérsias e os conflitos envolvendo o Poder Público e os particulares, ou entre estes, notadamente aquelas de natureza coletiva, podem ser resolvidas de forma célere, justa, efetiva, sustentável e implementável;

Rua Pedro Ivo, 231, 6º andar, sala 601, Centro, Florianópolis-SC - CEP 88010-070 Telefone: (48) 3330-2129. E-mail: Capital29PJ@mpsc.mp.br



CONSIDERANDO a Política Nacional de Incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público, instituída pela Resolução n. 118/2014 do CNMP, com o objetivo de assegurar a promoção da justiça e a máxima efetividade dos direitos e interesses que envolvem a atuação da Instituição;

CONSIDERANDO que a referida resolução recomenda a utilização de negociação para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa dos direitos e interesses da sociedade, em razão da sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal (art. 129, III, da CF/1988);

CONSIDERANDO a Carta de Brasília, assinada em 22/9/2016, pela Corregedoria Nacional do Ministério Público e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União, que estabelece diretrizes, dentre outras, de fomento à atuação resolutiva do Ministério Público Brasileiro;

CONSIDERANDO que o referido documento reconhece a necessidade de priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva, tendo em vista ainda o abarrotamento do Judiciário;

CONSIDERANDO que o Ministério Público de Santa Catarina deflagrou a Ação Civil Pública n. 0900058-61.2015.8.24.0081, em desfavor de Indústria e Comércio de Laticínios Lajeado LTDA. [atualmente denominada **Laclog Promoção de Vendas Eireli**] e **Cooperativa Agroindustrial e Laticínios Lajeadense**, representadas por seus sócios administradores, Eliane Elizabeth Bang, Zidinei Picoli e Luiz Carlos de Souza, diante dos fatos objeto da Operação Laticínio I, do GAECO, no âmbito do direito do consumidor, que indicavam a prática habitual de adulteração de leite bovino por parte das empresas;

*Eliane* *Zidinei* *Luiz Carlos*

CONSIDERANDO que em resposta a solicitação da quantidade de produtos fabricados pelas empresas alvo no período compreendido entre janeiro de 2013 e dezembro de 2015, informou-se que ocorreu o lançamento dos quantitativos de produção apenas no período entre janeiro de 2013 e maio de 2014;

CONSIDERANDO o interesse das empresas **LACLOG PROMOÇÃO DE VENDAS EIRELI** e **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL E LATICÍNIOS LAJEADENSE**, assim como dos demais requeridos, em realizar as análises de controle de leite cru impostas pela legislação vigente, visando a busca cada vez maior por matéria-prima de melhor qualidade;

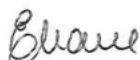
CONSIDERANDO o interesse das empresas **LACLOG PROMOÇÃO DE VENDAS EIRELI** e **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL E LATICÍNIOS LAJEADENSE**, assim como dos demais requeridos, demonstrado nas tratativas efetuadas com o Ministério Público, em realizar o pagamento do valor ajustado como devido de R\$ 150.000,00 à título de indenização aos interesses difusos lesados, a ser destinado ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina, vislumbrando-se a possibilidade de encerramento da questão – com maximização de tempo e recursos, inclusive públicos, despendidos na presente demanda;

#### RESOLVEM

Celebrar o presente **Termo de Acordo Judicial**, doravante denominado ACORDO, em conformidade com as condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Este termo tem por objeto estabelecer o cumprimento de obrigações por parte dos requeridos **LACLOG PROMOÇÃO DE VENDAS EIRELI**



e **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL E LATICÍNIOS LAJEADENSE**, assim como dos demais requeridos nestes autos, com o intuito de encerrar definitivamente, por meio de transação, a presente demanda que lhes foi proposta, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Os compromissários obrigam-se a absterem-se de ofertar e fornecer produtos no mercado de consumo que estejam em desacordo com as normas legais de produção e comercialização e manter os padrões higiênico-sanitários e de estrutura das edificações exigidos pela legislação vigente e pelo órgão fiscalizador.

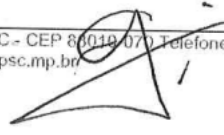
**Parágrafo 1º** - Os compromissários obrigam-se a absterem-se de adicionar qualquer produto químico, notadamente peróxido de hidrogênio [água oxigenada], hidróxido de sódio [soda cáustica], citrato de sódio e formol, ou, ainda, água, soro de leite, ou outro produto não permitido pelos atos normativos em vigor ao leite cru antes de sua efetiva industrialização ou aos produtos lácteos industrializados nas empresas;

**Parágrafo 2º** - Os compromissários obrigam-se a não receber, internalizar, comercializar e/ou distribuir matéria prima proveniente de produtores com resultados de controle de qualidade que não atendam às especificações descritas na Instrução Normativa n. 62/2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, ou a que lhe suceder.

Em caso de descumprimento, os compromissários incorrerão em multa de R\$ 100.000,00 por lote fornecido nestas condições, limitado a R\$ 2.000.000,00, salvo nas situações de risco à saúde pública assim reconhecidas pelos órgãos competentes, quando a multa será de R\$ 1.000.000,00 por lote, limitado a R\$ 2.000.000,00.

Guane

Di





**CLÁUSULA TERCEIRA**

Os compromissários obrigam-se a cumprir o controle de qualidade dos produtos lácteos recebidos nos estabelecimentos, realizando todas as análises para detecção de fraudes e impropriedades previstas nas instruções normativas vigentes, mantendo aferidos e calibrados os equipamentos de controle utilizados para este fim a cada três meses, salvo se o fabricante respectivo fixar prazo inferior, e conforme procedimentos exigidos pelas normas técnicas aprovadas pelas instruções normativas do MAPA.

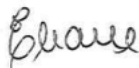
Em caso de descumprimento, os compromissários incorrerão em multa de R\$ 15.000,00 por hipótese.

**CLÁUSULA QUARTA**

Os compromissários obrigam-se, uma vez constatada a impropriedade dos produtos lácteos recebidos nos estabelecimentos, a comunicar, na mesma data, o fato, a natureza da impropriedade, bem como os dados do transportador e do posto de resfriamento respectivo ao MAPA, suspendendo o seu descarregamento, industrialização ou retirada das empresas até que seja determinado por aquele órgão o aproveitamento, perdimento ou destinação diversa da matéria prima.

**Parágrafo único** - Os compromissários também se comprometem, por medida de cautela, a suspender o recebimento de produtos do respectivo posto de resfriamento e transportador até que seja apurada a natureza da fraude ou inconformidade e os seus responsáveis.

Em caso de descumprimento, os compromissários incorrerão em multa de R\$ 10.000,00 por hipótese.



**CLÁUSULA QUINTA**

Os compromissários obrigam-se a manter: a) cadastro atualizado dos produtores transportadores de primeiro e segundo percursos e postos de resfriamento que lhes fornecem leite cru; b) histórico de resultado das análises realizadas nos produtos comercializados [leite *in natura*, leite industrializado, queijos e cremes]; c) rota da linha granelizada, inserida em mapa de localização; d) cadastro atualizado das empresas para as quais as empresas fornecem leite *in natura*.

**Parágrafo único** - Os compromissários obrigam-se a comunicar ao MAPA, de forma imediata, eventuais inclusões ou exclusões nos cadastros e históricos acima referidos, devendo as listagens referidas estar atualizadas e disponíveis para fiscalização.

Em caso de descumprimento, os compromissários incorrerão em multa de R\$ 5.000,00 por hipótese.

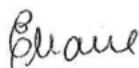
**CLÁUSULA SEXTA**

Os compromissários obrigam-se a observar o tempo máximo de 48 horas entre "a ordenha inicial e seu recebimento no estabelecimento que vai beneficiá-lo (pasteurização, esterilização, etc.)" [item 6.3 do Anexo IV da IN n. 62/2011 do MAPA, ou normativa que lhe suceder].

Em caso de descumprimento, os compromissários incorrerão em multa de R\$ 5.000,00 por hipótese.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

Os compromissários obrigam-se a prestar a devida assistência técnica aos produtores dos quais adquirem matéria prima, de forma periódica, no mínimo a cada 45 dias, visando a enquadrar a qualidade do produto adquirido às



especificações descritas na Instrução Normativa n. 62/2011 do MAPA [ou que lhe suceder], a qual será comprovada mediante a expedição de documento, em pelo menos duas vias [uma das quais permanecerá em poder da empresa e a outra com o produtor], contendo as recomendações técnicas individualizadas, sendo tal documento firmado por técnico da empresa e também pelo produtor e disponibilizado, sem restrição, aos órgãos de fiscalização e ao Ministério Público, sempre que solicitado.

Em caso de descumprimento, os compromissários incorrerão em multa de R\$ 5.000,00 por hipótese.

#### CLÁUSULA OITAVA

Os compromissários obrigam-se, de forma solidária, a efetuar o pagamento da quantia de **R\$ 150.000,00**, a título de indenização aos interesses difusos lesados, decorrentes do abalo à harmonia nas relações de consumo e da exposição da coletividade às práticas levadas a efeito pelos requeridos [dano moral coletivo, previsto no art. 6º, VI, do CDC], em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, previsto no art. 13 da Lei Federal n. 7.347/85, instituído no Estado de Santa Catarina pela Lei n. 15.694/2011 e consolidada pela Lei Complementar n. 738/2019, o qual se destina a ressarcir a coletividade por danos causados, entre outros, ao consumidor ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, e cuja gestão é de atribuição do Ministério Público de Santa Catarina - MPSC.

**Parágrafo 1º** - O referido depósito se dará em 60 parcelas mensais de R\$ 2.500,00, que se iniciará no prazo de **90 dias** contados da intimação da decisão de homologação exarada pelo Juízo competente;

**Parágrafo 2º** - Para fins de operacionalização do recolhimento, o valor deverá ser depositado em uma conta do juízo, de forma que, após o

*Elaue*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



cumprimento integral da obrigação, o valor será revertido para o FRBL na forma determinada pelo artigo 283, §2º da Lei Complementar n. 738/2019<sup>1</sup>.

Em caso de descumprimento da obrigação, fica estabelecida a **pena de multa de R\$ 1.000,00**, por situação/dia de descumprimento devidamente comprovado.

**CLÁUSULA NONA** – O Ministério Público compromete-se a peticionar o presente ACORDO nos autos n. 0900058-61.2015.8.24.0081, requerendo a homologação judicial e extinção do processo nos termos do art. 487, III, “b”, CPC.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O presente Termo de Acordo **produzirá seus efeitos perante todo o Estado de Santa Catarina** e não implica renúncia a qualquer direito individual, bem como não impede a eventual propositura ou prosseguimento de ações individuais que tenham objeto similar a esta ação civil pública.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente em 2 vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 15 de setembro de 2022.

**WILSON PAULO  
MENDONÇA NETO**  
01987586930


**WILSON PAULO MENDONÇA NETO**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
[assinado digitalmente]

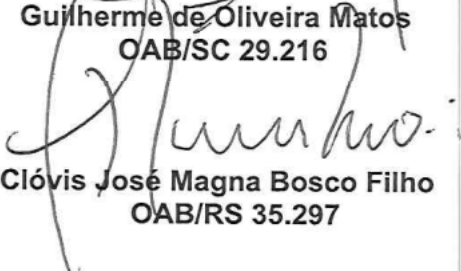
<sup>1</sup> § 2º Os recursos devem ser recolhidos ao Fundo por meio de guia própria, a ser emitida por meio do sítio eletrônico oficial do MPSC, de forma a identificar a sua origem, ou por intermédio de cooperação técnica com outro órgão estatal.



  
**LACLOG PROMOÇÃO DE VENDAS EIRELI**  
Representante legal

  
**Guilherme de Oliveira Matos**  
OAB/SC 29.216

  
**COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL  
E LATICÍNIOS LAJEADENSE**  
Representante legal

  
**Clóvis José Magna Bosco Filho**  
OAB/RS 35.297

  
**ELIANE ELIZABETH BANG**

  
**ZIDINEI PICOLI**

  
**LUIZ CARLOS DE SOUZA** 